



Informe sobre reuniões da 4ª Câmara de Coordenação e Revisão ocorridas no período de 19/11/2024 até 13/12/2024:

19/11/2024 - Reunião entre a 4ª CCR e o ICMBio

Participantes:

- Dr.^a Luiza Frischeisen – Coordenadora da 4a Câmara de Coordenação e Revisão
- Dr.^a Anelise Becker - Titular do 6º Ofício Administrativo de Coordenação e de Integração da Tutela Ambiental (OCITA)
- Simone Santos - Coordenadora Geral Substituta de Proteção (ICMBio)
- Carla Guitanelli - Diretora de Criação e Manejo de Dados de Conservação Substituta do (ICMBio)
- Adriano Souza - Coordenador de Apuração de Infrações Ambientais (ICMBio)
- Ricardo Barroso - Procurador-Chefe da Procuradoria Federal Especializada (ICMBio)
- Ricardo Nagao - Procurador Federal e Coordenador de Autos de Infração (ICMBio)
- Leonardo Serafim, Procurador Federal e Coordenador de Autos de Infração Substituto na PFE (ICMBio)
- Apoena Calixto Figueiroa - Analista ambiental da Coordenação de Fiscalização Ambiental (ICMBio)

Principais temas tratados:

- Encaminhamento de autos de infração com as respectivas comprovações de autoria e materialidade; e
- Cronograma de fiscalizações do ICMBio

Segundo a Coordenadora Geral Substituta de Proteção Simone Santos, de modo geral, as Unidades de Conservação Federais planejam e executam a sua operação de fiscalização e a partir da lavratura do auto de infração ambiental é instruído um processo administrativo em que constam documentos como o auto de infração, os relatórios e os mapas georreferenciados; que a partir da conclusão desse processo, o MPF é comunicado por ofício que é enviado com todos os documentos anexos; nem todas as unidades de conservação possuem um analista ou um técnico que tenha habilidade na instrução do processo, razão pela qual muitas vezes os relatórios precisam ser melhor consubstanciados para seguir o fluxo; que os casos que seguem para o MPF sem a indicação de autoria se devem a real impossibilidade de se identificar o autor em alguns casos; que hoje existem 340 Unidades de Conservação cujos cronogramas de fiscalização obedecem ao Planejamento de Ações de Fiscalização do ICMBio (PLANAF) realizado anualmente, além de operações emergenciais. Houve ainda relato sobre as dificuldades enfrentadas com relação acesso a informações constantes do Cadastro Ambiental Rural (CAR),



ressaltando que a possibilidade de participação do ICMBio no processo de homologação do CAR dentro das Unidades de Conservação, facilitaria o acesso à documentação e sua consequente fiscalização.

Ficou acertado que a Câmara realizará reunião com o Ministério da Gestão para tratar do tema do CAR, que vem ganhando força nas ADPF das queimadas, sendo um problema muito maior na região Norte, pelas grandes áreas e distâncias; solicitou que caso haja uma forma de melhorar a instrução de materialidade e autoria nos autos de infração, que seja feito, pois quanto melhor for a qualidade da informação de identificação dos autos de infração, mais eficaz a atuação do MPF, evitando arquivamentos.

[\(clique aqui para acessar a ata da reunião\).](#)

19/11/2024 - Reunião com a Coalizão Brasil, Clima, Florestas e Agricultura – participação do Dr. Daniel Azeredo

Participantes:

Procurador da República Daniel Azeredo e representantes de Organizações não-governamentais da Coalizão Brasil, assessorados por Tahinah Martins, servidora da 4ª Câmara.

Pauta:

Agenda agro-ambiental do Brasil, representada pela coalizão Brasil, que representa cerca de 400 organizações não-governamentais, para tratar da questão da moratória da soja.

Discussões:

Discutiu-se durante a reunião sobre a questão da moratória da soja e do cenário de incertezas provocados por legislações estaduais no Mato Grosso, Rondônia, Pará e Goiás.

Falou-se também sobre o combate ao desmatamento na cadeia produtiva moderna, com a redução do desmatamento provocada pela moratória da soja e qual o impacto positivo para o consumidor da consequente redução da pegada do carbono.

Dr. Daniel Azeredo abordou o protocolo de grãos no Pará e as discussões técnicas sobre o Programa de Aceleração do Crescimento da Pecuária, principalmente sobre a rastreabilidade da cadeia do gado. Mencionou a atuação do GT Amazônia Legal e do GT Emergências Climáticas, bem como o crescimento do nível de desmatamento e a atuação do Projeto Amazônia Protege. Falou também das ações de inconstitucionalidade sobre as queimadas em trâmite do STF e da possibilidade



eventual do controle difuso de inconstitucionalidade para as legislações estaduais. Por fim, ressaltou a importância do engajamento e a sensibilização da sociedade civil.

[\(clique aqui para acessar a ata da reunião\).](#)

Reunião com o Secretário de Controle do Desmatamento, André Lima, para tratar sobre o andamento dos trabalhos do Comitê Nacional de Manejo Integrado do Fogo e da Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo.

Participantes:

Dra. Luiza Cristina Fonseca Frisheisen

André Lima (MMA)

João Paulo Sotero de Vasconcelos (MMA)

Dra. Michele Diz Y Gil Corbi (PR-SP)

Dra. Helen Ribeiro Abreu (PRM Franca/SP)

O Secretário André Lima fez uma explanação sobre a instalação do Comitê Nacional de Manejo Integrado do Fogo (COMIF), desde outubro de 2024. Foram criados subgrupos voltados à elaboração do regimento interno do comitê, além da regulamentação do plano de manejo integrado do fogo, definindo o alcance e as responsabilidades mínimas das propriedades rurais no combate a incêndios em nível inicial, além da parametrização de critérios para uso controlado e prescrito do fogo.

O Secretário apresentou os dados sobre o combate aos incêndios e informou que já existe uma agenda preparatória para 2025, com relação ao monitoramento das condições meteorológicas e focos de incêndios. Informou ainda que o Centro Integrado Multiagências de Coordenação Operacional Nacional (CIMAN) está instalado de forma permanente, por determinação legal.

Estão previstas reuniões em janeiro/fevereiro com ICMBio e Ibama para traçar os planos de prevenção e combate a incêndios florestais para 2025.

Ficou acordado que a 4ª CCR enviará ofício ao Comitê com todas as demandas sobre a atuação e estratégias do COMIF para o próximo ano.

21 e 22/11/2024 - Participação do Dr. Aurélio no seminário de Mudanças Climáticas, em Porto Alegre.



22/11/2024 - Reunião com o Basel Institute para tratar de temas relacionados à lavagem de dinheiro e recuperação de ativos no Brasil em contextos de crimes ambientais.

Participantes:

Dra. Luiza Cristina Fonseca Frisheisen
Alejandra Romero (Basel Institute)
Erick Vladimir Guimaray Mori (Basel Institute)
Walther Javier Delgado Tovar (Basel Institute)
Marcelo Ribeiro (Basel Institute)

A organização buscava informações sobre a atuação o Ministério Público Federal com enfoque no combate a crimes ambientais e sua interseccionalidade com a corrupção e lavagem de dinheiro. A Câmara respondeu e entregou aos representantes um questionário encaminhado pela organização.

A organização possui um programa chamado Green Corruption, que se trata de uma iniciativa multidisciplinar, que atua em várias frentes, com o intuito de combater a degradação ambiental, por meio da utilização de ferramentas de governança e mecanismos anticorrupção. A intenção é conhecer a atuação do MPF, bem como a de outros órgão envolvidos, como a AGU, COAF e PF e montar um programa de capacitação, previsto para acontecer em março de 2025, voltado para o a troca de expertise sobre o tema.

24/11/2024 - Reunião com o IBAMA para tratar de autos de infração e autorização de operações

Participantes:

Dr.a Luiza Frischeisen
Carolina Vieira Ribeiro de Assis Bastos – Coordenadora-geral de Fiscalização do IBAMA
Dr.a Anelise Becker (PR/RS)
Dr. Felipe Fritz Braga (PR/DF)
Dr. Gabriel Infante (PRM – Cáceres – MT)

Principais temas tratados:

- Encaminhamento de autos de infração apenas com imagens, sem indício de autoria;
- Encaminhamento de autos de infração com data de ocorrência dos fatos muito antiga (2010, por exemplo);
- Atropelamento de animais em vias Federais, demanda constante do documento PRM-CAC-MT-00003229/2024



Segundo a Coordenadora-geral Carolina Ribeiro a estratégia do IBAMA é embargar as áreas para que sejam “retiradas do mercado”, nesse sentido, ainda que os autos de infração não tragam indício de autoria, eles geram essa repercussão de viabilizar o embargo da área explorada, o que possibilita por consequência a apreensão de produtos (madeira, gado, grãos) bem como a desintrusão das áreas afetadas.

Sobre a questão dos atropelamentos da fauna silvestre em vias federais a representante do IBAMA esclareceu que a atuação do órgão é predominantemente repressiva, atuando em casos específicos na verificação do cumprimento das condicionantes para instalação de empreendimentos. Para uma atuação preventiva a Coordenadora sugeriu contato com a Diretoria de Biodiversidade e Florestas do IBAMA.

Ficou acertado que a Câmara oficiará o IBAMA sobre os casos de autos de infração com datas dos fatos muito antigas para verificação do que possa ser feito para correção do fluxo de trabalho. Também enviará os expedientes que tratam sobre atropelamentos de fauna silvestre em rodovias federais para inclusão no cronograma de fiscalização de 2025.

25/11/2024 - Reunião com o IPHAN

Participantes:

Mariana Karam de Arruda Araújo - Procuradora-Chefe da Procuradoria Federal junto ao IPHAN

Flávia Tavares- Procuradora-Chefe da Procuradoria Federal junto ao IPHAN Substituta

Andrey Rosenthal Schlee - Diretor do Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização DEPAM/IPHAN

Mariana Lauande da Costa - Chefe de Gabinete Substituta da Presidência do IPHAN

Elisa Taveira - Coordenadora Geral de Autorização e Fiscalização- DEPAM/IPHAN

Ana Salett Marques Gulli - Procuradora Federal da Consultoria Federal em Políticas Públicas da PGF

Subprocuradora-Geral da República Luiza Cristina - 4a CCR

Procuradora Regional da República Zani Cajueiro Tobias de Souza - GT Patrimônio Cultural

Discutiu-se a atuação conjunta entre o MPF e o IPHAN, o fluxo de comunicações do Iphan com o Ministério Público Federal, o envio dos autos de infração e o seu tempo de envio, bem como a questão da integração do MPF no Comitê Nacional de Patrimônio Cultural.



O Diretor do Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização do Iphan, Sr Andrey Rosenthal Schlee, ressaltou a importância de reuniões como essa para que o Instituto melhore os mecanismos de atuação com o propósito de aperfeiçoar a atuação em educação ambiental e diminuir litígios com as cidades históricas, na busca de uma construção conjunta de atuação e abertura para o diálogo com o objetivo para identificar o problema e a melhor solução consensual, evitando assim o litígio.

O IPHAN fará uma série de apresentações ao Grupo de Trabalho Patrimônio Cultural para mapear o objeto da minuta do acordo de cooperação, visando ao compartilhamento das informações e também atuação conjunta, para facilitar as comunicações, compartilhando recortes de dados mais relevantes e não todos os autos de infração para um resultado positivo como um todo e o fortalecimento das políticas públicas de proteção do patrimônio cultural, atuação conjunta nos processos do MPF (tutela coletiva - difusa) e também nos processos administrativos do IPHAN.

Discutiu-se a importância de buscar criar um ambiente digital próprio do IPHAN com MPF (lugar que centralize as entradas das informações), bem como marcar rodadas de reuniões temáticas do IPHAN sobre tipos de procedimentos por vídeo (Zoom), com abertura de participação dos demais membros do MPF. É crucial entender as classes e tipos de procedimentos para que possam ser tratados de formas diferentes.

A 4ª CCR realizará um encontro específico sobre Patrimônio Histórico em 2025.

[\(clique aqui para acessar a ata da reunião\).](#)

27/11/2024 - Reunião com membros do Rio Grande do Sul

Participantes:

Dr. Júlio Carlos Schwonke de Castro

Dr.a Anelise Becker

Dr. Felipe da Silva Muller

Dr. Carlos Augusto Toniolo Goebel

Os membros do Rio Grande do Sul relataram dificuldades nos ofícios da capital em relação a diversas ACPs que tratam da retirada de imóveis em áreas de Área de Preservação Permanente (APP). Ressaltaram que a 4a CCR tem o Enunciado no 16 - 4a CCR para não realizar acordo em local de APP, mas a justiça tem pressionado a formalização de acordo (TAC). A Dra. Luiza ressaltou que o enunciado é antigo e, por isso, poderá ser readequado à realidade atual.



A Dra. Luiza sugeriu que seja realizado um grupo de atuação conjunta, como sugerido pela Dra. Anelise, para identificar os casos e elaborar planos para cada situação. Trabalhar em conjunto com o GT Zona Costeira e a SPPEA. Ressaltou que, recentemente, o Conselho aprovou uma resolução sobre grupos de apoio, grupos de atuação conjunta, etc.

05/12/2024 - Participação da Coordenadora da 4ªCCR na abertura do Encontro Nacional da 6ª Câmara

A Subprocuradora-Geral da República e coordenadora da 4ª CCR, Luiza Frischeisen, ressaltou como a atuação na área ambiental está intimamente ligada à defesa dos povos tradicionais. Ela explicou que são eles os responsáveis pela manutenção da “floresta em pé” e da preservação ambiental, o que também justifica voltar os esforços a projetos de reconhecimento dos territórios. “É crucial redefinirmos estratégias de territorialidade, assumindo a questão da posse desses territórios como algo que vai além da visão restrita e excludente da propriedade. Precisamos avançar no reconhecimento dessas terras e de sua importância para o meio ambiente e para as comunidades que as preservam”, pontuou.

[\(clique aqui para acessar notícia\).](#)

09/12/2024 - Reunião com a Coordenadora do GT Mudanças Climáticas

Participantes:

Dra Luiza Cristina Fonseca Frischeisen, Coordenadora da 4ª Câmara de Coordenação e revisão

Analúcia Hartmann- PRR, Coordenadora do GT Emergências Climáticas

Principais temas tratados:

1) Cursos Propostos pelo GT. Apresentação para a ESMPU de proposta de dois cursos voltados para emergências climáticas. Curso 1: Conhecimento da Emergência Climática e Prevenção de Desmatamento e Reflorestamento. Duração: 20 horas aula. Data: Maio. Participação: SPPEA (sugestão de Dr. Daniel Lobo). Curso híbrido.

2) Propostas de Enunciados aprovados pelo CJF. Sugestão de transformar as Propostas de Enunciados do GT aprovados pelo CJF em Enunciados e/ou



Orientações da 4a CCR, devendo ser encaminhados já com precedentes da Câmara.

3) Políticas Públicas e Mudanças Climáticas. Proposta de reunião com o Ministério do Meio Ambiente para discutir as políticas públicas relacionadas às mudanças climáticas e a inclusão de diretrizes climáticas nos licenciamentos ambientais. (OFÍCIO 1311/2024 - PGR-00463761/2024). Desenvolvimento de um plano de ação prévio para a reunião junto ao GT. Importância de um diálogo amigável para o acompanhamento da Lei 14.904/2024, que estabelece diretrizes para a elaboração de planos de adaptação à mudança do clima.

4) Possibilidade de atuação conjunta com 5ª CCR para tratar casos de improbidade administrativa de agentes políticos relacionada às queimadas.

5) Discussão sobre recentes notícias vinculando crime organizado ao crime ambiental.

6) Participação em Eventos. COP 30 e a importância da presença do MPF. A SCI atua para possibilitar a facilitar a participação do MPF. Proposta de criação de um estande e participação em mesas de discussão.

7) Possibilidade de reunião com Ibama para tratar dos licenciamentos ambientais e da necessidade de incluir a obrigatoriedade da avaliação dos riscos climáticos no EIA/RIMA

8) Apresentação dos temas e Subgrupos Temáticos do GT:

- a) Dano Climático
- b) Licenciamento Ambiental
- c) Reflorestamento
- d) Emergência Climática

9) Solicitação de designação de representantes em cada estado para atuar como pontos focais nas questões relacionadas às mudanças climáticas (OFÍCIO 1310/2024 - PGR-00463745/2024)

10) Acompanhamento de Jurisprudência sobre Emergências Climáticas

11) Dados Ambientais e Melhoria de Cadastramento. Discussões sobre a inclusão do tema “emergências climáticas” nos processos da SEJUD/COJUD.

12/12/2024 - 1ª Reunião do GT Biomas

Participantes:

Procuradora Regional da República Adriana Zawada Melo (Coordenadora do GT)



Lauro Coelho Junior - Procurador da República (Coordenador Substituto)
Analúcia De Andrade Hartmann - Procuradora Regional da República
Leonardo Gonçalves Juzinskas - Procurador da República
Marco Aurélio Alves Adão - Procurador da República
Paulo Henrique Camargos Trazzi - Procurador da República

O Grupo de Trabalho (GT) Biomas, vinculado à Câmara de Meio Ambiente e Patrimônio Cultural do MPF (4CCR), realizou sua primeira reunião na última quinta-feira (12). O objetivo do encontro, realizado de modo híbrido, com a maioria dos participantes de modo presencial em sala de reuniões da Câmara, foi estruturar a forma de atuação do GT, com definição dos eixos prioritários e das interfaces com outros grupos de trabalho da 4CCR.

Um dos pontos deliberados foi a não inclusão da Amazônia no escopo de atuação do GT, uma vez que as questões do bioma já são tratadas de forma transversal por Ofícios Administrativos de Coordenação e de Integração da Tutela Ambiental (OCITAs) e por diversos outros grupos de trabalho, como o GTs Amazônia Legal, Emergências Climáticas e Unidades de Conservação, por exemplo.

O GT Biomas terá como foco o Cerrado e suas áreas de transição com outros biomas. A ideia é identificar problemas comuns nessas regiões para a atuação do grupo, como o desmatamento e a seca, entre outros.

Os demais biomas, que não o cerrado e suas áreas de transição, embora não sejam de atuação prioritária do GT, poderão ser tema de projetos específicos, a serem propostos pelos membros que atuam em suas áreas de abrangência. Para isso, serão abertos editais de chamamento de projetos que envolvam os biomas Caatinga, Mata Atlântica, Pantanal e Pampa.

Plano de trabalho – Além disso, o GT fará um levantamento das unidades de conservação federais localizadas nos estados do Cerrado, incluindo as RPPNs (Reserva Particular do Patrimônio Natural). Há uma preocupação especial com a região de Matopiba, que engloba os estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia e é considerada a última fronteira agrícola do país.

Nesse sentido, foi debatida a possibilidade de atuação a partir dos autos de infração lavrados pelo Ibama na Operação Nova Fronteira, que combate o desmatamento na região. Também foi discutida a implementação do Projeto Cerrado, que consiste no desenvolvimento de novo protocolo para a produção de grãos e carne no bioma Cerrado, a exemplo do Carne Legal na Amazônia.

Discutiu-se também ações que poderiam ser tomadas pelo GT para reduzir o desmatamento na região do MATOPIBA levando em consideração os dados da Operação Nova Fronteira do Ibama na busca de identificar os pontos mais críticos.

O plano de trabalho do GT Biomas será finalizado na próxima reunião do grupo, prevista para meados de fevereiro. Fazem parte da equipe os procuradores



regionais da República Adriana Zawada (Coordenadora), Analúcia Hartmann e os procuradores da República Lauro Coelho Junior (Coordenador Substituto), Leonardo Juzinskas, Marco Aurélio Alves Adão e Paulo Henrique Camargos Trazzi.